

## Estudos anglo-germânicos: trajetórias e perspectivas

Quando divulgamos a chamada de trabalhos para este número dos *Cadernos de Letras* pretendíamos estimular a reflexão sobre o panorama atual das áreas englobadas no campo de estudos anglo-germânicos. Conscientes de que as transformações sócio-históricas e tecnológicas que experimentamos nas últimas décadas do século passado e na década inicial deste se fazem refletir no cenário acadêmico de hoje, não imaginávamos, porém, que haveria uma outra perspectiva de mudança à nossa frente.

Em 2010 se propagariam metas para a reestruturação da área de Letras marcadas, sobretudo, pela separação entre estudos literários e linguísticos. É este o teor do “Plano estratégico para Letras e Linguística”<sup>1</sup> apresentado por representantes da área na CAPES durante o encontro da ANPOLL em 2010 e em parte antecipado pela CAPES em 2009<sup>2</sup>. Nele, se reivindica o reconhecimento formal de estudos linguísticos e literários enquanto duas áreas de conhecimento marcadamente distintas.

As razões subjacentes são, grosso modo, duas. Diante da diferenciação das disciplinas não faria sentido submetê-las aos mesmos critérios de avaliação. Ainda que abrigados num programa único, pode-se dizer que os estudos linguísticos e literários desenvolveram orientações próprias e que esta diferenciação entre as áreas precisa se refletir institucionalmente. Por conseguinte, a designação de Letras e Linguística ainda vigente na representação única das agências de fomento à pesquisa tornou-se inadequada.

Com este número dos Cadernos de Letras da UFRJ esperamos trazer novos subsídios para a discussão que está em curso. Nossa contribuição, contudo, parte de uma mudança de perspectiva. Não se trata, em primeiro plano, de disputar a (i)legitimidade da institucionalização de Letras, mas de promover a reflexão sobre os limites nos quais assentam distinções disciplinares. Nossa resposta às novas exigências institucionais dependerá da nossa capacidade de redefinir objetos de estudo e reimaginar disciplinas, entendidas aqui, em oposição à doutrina, como exercícios específicos, práticas contínuas.

---

<sup>1</sup> Plano Estratégico de L & L, disponível em [http://www.anpoll.org.br/portal/images/stories/PLANES-Plano\\_Estrat%C3%A9gico\\_L&L.pdf](http://www.anpoll.org.br/portal/images/stories/PLANES-Plano_Estrat%C3%A9gico_L&L.pdf), acesso em 22 de novembro de 2010.

<sup>2</sup> Conforme expõe o documento da área de Letras/Linguística, publicado pela DAV (Divisão de Avaliação)/CAPES, disponível em [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/LET\\_LING\\_22jun10b.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/LET_LING_22jun10b.pdf), acesso em 22 de novembro de 2010.

O conjunto de artigos reunidos ensejam esta reflexão pela sua heterogeneidade; seja no que respeita às respostas que oferecem ao tema da chamada, ao vocabulário crítico empregado e aos contextos intelectuais dos quais se originam. Helmut Galle e Daniel Carey fazem uma revisão abrangente, notável pelo fôlego, dos estudos literários de língua alemã e inglesa, respectivamente. A contribuição de Chenxi Tang situa-se na efervescente área de pesquisas sobre a relação entre direito e literatura. Daniel Puglia desloca a ênfase para os “limites”, ou seja, os impasses do pensamento crítico e teórico desde a década de 1970. Márcia Martins destaca as contribuições de dois grandes teóricos da tradução enquanto João Azenha demonstra, a partir de um estudo de caso, a centralidade da tradução na história da literatura. Os artigos de Penny Ur sobre inglês como língua franca, o de Lia Kamhi-Stein, sobre os fatores que influenciam a percepção de proficiência na língua estrangeira de professores de inglês e de sua competência pedagógica e o de Viviane Heberle, sobre letramento multimodal e o ensino de língua, têm em comum o ímpeto de suspender as dicotomias entre teoria e prática, forma e uso e discorrer sobre temas prevalentes em ensino de línguas na atualidade.

No artigo intitulado “Em busca de um novo paradigma: tendências atuais nas Letras Alemãs”, Helmut Galle parte da redefinição do lugar da germanística no decorrer dos debates teórico-metodológicos. Galle observa que a “inflação” de teorias nas últimas décadas do século XX e a disputa acirrada entre grandes modelos teóricos com pretensão de exclusividade foram superadas pelo consenso em torno de um pluralismo metodológico que vigoraria ainda hoje. Além disso, destaca que a reorientação estrutural dos estudos literários ora subsumidos aos estudos culturais e da mídia, e em geral, a variedade de abordagens teóricas convergiram em relação à relativização (Galle fala em “construtividade”) de conceitos básicos da análise literária como os de autor, texto, gênero ou significado. Hoje, contudo, este questionamento estaria em franco esmorecimento, suplantado pelo desejo de se restabelecer o “real” nos estudos culturais, seja através de sua historicização ampla, seja pela aproximação dos estudos literários às ciências cognitivas e biológicas. Em tom provocador, o autor declara-se simpático à reformulação das fronteiras entre as humanidades e ciências da natureza. Em que pesem as diferenças, a provocação ecoa a reconceptualização radical da escrita em superfície de inscrição (*Aufschreibesystem*), apresentada por Friedrich Kittler como despedida do espírito das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*).

Em “The State of Play: English Literary Scholarship and Criticism in a New Century”, Daniel Carey apresenta os *English Studies* como “disciplina indisciplinada” marcados pela inquietação e interdisciplinariedade. Se em 1992 a variedade de abordagens foi tomada como uma potencial ameaça à “integridade da disciplina”, de lá para cá institucionalizou-se em “norma”. Para Carey, após a grande voga da “teoria” nas décadas de 1980 e 1990, os estudos literários revigoraram-se ao substituir a “servidão” à teoria pela revalorização da pesquisa histórica. O artigo privilegia, mas não se limita ao *early modern period*, ao discernir modalidades desta tendência. Assim, por exemplo, estudos sobre poder e normatividade que, em parte se originam mas há muito divergem de Michel Foucault, redefinem a relação entre direito e literatura. Carey mostra como a colaboração estreita entre historiadores e estudiosos da literatura é notável não apenas no âmbito da história do livro; estende-se à conexão entre literatura e teoria política, aos

desafios impostos pela História Atlântica e, conseqüentemente, aos grandes marcos divisórios das periodizações tradicionais. A afirmação de que as orientações críticas são predominantemente “contextuais” não implica uma adesão ingênua à “história” como alternativa à teoria. Pelo contrário, o impacto da investigação histórica reside na problematização de terminologias e pressupostos recebidos. Não se trata, portanto, de submeter o texto a narrativas históricas predeterminadas, mas de sugerir novas relações entre texto e contexto.

O potencial inovador da historicização da literatura é demonstrado no ensaio de Chenxi Tang “From International Law to Romantic Poetics: Legal Historical Observations on Friedrich Schlegel” no qual a poética e a crítica da primeira fase do romantismo alemão são revisitadas à luz de um novo contexto. Tang toma como ponto de partida a crise do direito internacional no século XVIII precipitada por uma concepção dualista da lei oriunda de Thomas Hobbes: se o direito natural continuava válido, paradoxalmente, a primazia conferida à vontade do soberano suspendia a sua obrigatoriedade na arena internacional. Através da análise detida do ensaio de Friedrich Schlegel sobre republicanismo, revela como a poética e a crítica românticas articulam-se ao buscar soluções para os impasses conceituais da teoria política e do direito. Na medida em que a viabilidade de uma ordem mundial se vincula aos conceitos de ficção e representação, o modelo de republicanismo universal de Schlegel envolve uma “conceptualização poetológica do político”. O argumento de Tang faz o leitor repensar as fronteiras entre política, direito e literatura.

Se os artigos de Carey e Galle tecem reflexões a partir de um mapeamento amplo da produção recente, “Limites críticos” de Daniel Puglia promove uma reflexão sobre a própria crítica e suas motivações histórico-políticas. Através de um olhar retrospectivo, o autor detem-se em núcleos problemáticos que norteiam as diversas orientações críticas nas últimas três décadas do século XX, qual seja o privilégio concedido à linguagem, o combate à noção forte de sujeito, o abandono da unicidade da obra. Aquilo que em Carey e Galle aparece como “sujeição” e “inflação” teórica, respectivamente, ganha contornos políticos e institucionais mais concretos no “exercício de resgate histórico” de Puglia. Assim, ao comentar a hegemonia da desconstrução nos anos 80, faz uma correlação entre a perda da possibilidade de intervenção política efetiva e a concentração precípua na dimensão linguística e discursiva do texto. Quando pontua a eleição do modernismo estético como parâmetro crítico por certas correntes teóricas de algum modo associadas ao pós-estruturalismo, questiona a redução da esfera política à cultural. Finalmente, não obstante privilegiar autores de viés marxista, Puglia explicita a cisão entre o materialismo e culturalismo dos estudos culturais. Deste modo, ao invés de simplesmente acatar o consenso sobre as divergências entre abordagens, Puglia faz um *plaidoyer* para que se confrontem os seus limites críticos.

Em “As contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti”, Márcia Martins mostra como as reflexões destes estudiosos estão associadas à institucionalização dos estudos da tradução em uma área, i.e. em “disciplina relativamente autônoma” a partir dos anos 1980. Embora remonte a prática e reflexão sobre a tradução à antiguidade clássica, a autora descreve o recente florescimento dos estudos de tradução a partir de uma reconstrução de conceitos-chave de Lefevere e Venuti. O desenvolvimento do

trabalho de Lefevere culmina num processo de reconceptualização da tradução que envolve um deslocamento de foco do “texto-fonte” para o “texto-meta” e “público-alvo”. Os seus conceitos de reescrita e patronagem trazem à tona os códigos culturais e históricos, assim como as relações de poder que regulam a prática da tradução. Já Venuti notabilizou-se pela metáfora da “invisibilidade” do tradutor e por vincular os dispositivos de “invisibilização” do tradutor ao seu status marginal e à reprodução de ideologias “domesticadoras” da alteridade. O método estrangeirizante preconizado por Venuti, contraposto à noção romântica de autoria, evoca as reflexões de românticos alemães como August Wilhelm von Schlegel, mas também Friedrich Schleiermacher e Walter Benjamin. Ao chamar a atenção sobre a dinâmica de criação de repertórios translíngüísticos e transculturais, Martins atesta a centralidade da tradução nas humanidades.

O interesse aguçado pelo contexto particular em que se produzem as traduções dirige-se também às formas específicas de reescritura, para usar o termo de Lefevere, como resumos, paratextos, antologias e histórias literárias. O artigo de João Azenha, “Do silêncio à eloquência: uma leitura da Poesia alemã traduzida de Geir Campos”, resgata o legado deixado por esta antologia na literatura brasileira e, ao mesmo tempo, a analisa como testemunho da relação entre tradutores e editoras à época. Com base na leitura cuidadosa do prefácio do tradutor, Azenha argumenta que a antologia é norteada pela noção de fidelidade ao original. Embora dominante entre os tradutores profissionais, o critério da fidelidade distoava do projeto estético e da prática experimental das transcrições poéticas de Haroldo e Augusto de Campos. O empenho em detectar o que o autor chama de “cisão” entre a prática dos tradutores profissionais e as teorizações inovadoras da época a partir da antologia bilíngue de Geir Campos representa uma contribuição tanto para os estudos literários quanto para os estudos da tradução. Além de traçar correlações entre a história da tradução, da literatura e estética, o trabalho de Azenha promove, para retomar a imagem de Venuti, a visibilidade histórica do tradutor.

A voga da tradução como um paradigma suscetível de consenso nas humanidades talvez resida na possibilidade de explicitação da dimensão política, portanto, contingente, da relação entre línguas e literaturas considerada de uma perspectiva ao mesmo tempo nacional e cosmopolita. Os estudos sobre o ensino e aprendizado do inglês concebido alternativamente como língua franca, ou língua estrangeira, oferecem respostas distintas à expansão do *Globalish*, ou globalização do inglês. Sem tocar na resistência e luta por legitimidade de línguas não majoritárias, as contribuições fazem reapreciações críticas da distinção entre falantes nativos e não-nativos, convergindo assim com o abandono da hierarquia entre original e tradução nos estudos da tradução. Em virtude dos contextos em que se inserem, permitem ao leitor observar os aspectos geopolíticos do ensino do inglês.

Não por acaso Penny Ur intitula seu estimulante artigo de “English as a Lingua Franca: A Teacher’s Perspective”, pois nele aborda questões conceituais e didáticas amplas do ensino do inglês da perspectiva do professor que prepara seus alunos para contextos de uso do inglês como língua franca. Ur rejeita a concepção estritamente linguística do inglês como língua franca segundo a qual seria uma variedade do inglês diferente daquelas faladas por falantes nativos. Em seu lugar, propõe uma definição sociolinguística calcada no tipo de interação e contexto de uso. Se o falante é todo aquele

que fala, faz uso do inglês como língua franca, a distinção entre falante nativo e não-nativo torna-se obsoleta do ponto de vista do inglês como língua franca. A partir desta redefinição, Ur trata de duas questões cruciais: como determinar o falante modelo e a variedade apropriada ao ensino de ELF (English as a Lingua Franca)? No curso da sua argumentação, aponta alguns efeitos paradoxais da ascensão do inglês em língua franca, como a redução de falantes nativos em minoria, ou o número crescente de usuários plenamente competentes do inglês como língua franca. Ao defender a codificação do que seria considerada a variedade padrão internacional, Ur insiste na necessidade de pesquisadores levarem em consideração a “voz dos professores” para garantir a aplicabilidade e viabilidade de recursos didáticos.

Lia Kamhi-Stein parte do status do inglês como sendo um “ativo” no mercado de trabalho da América Latina, continente que integraria o conjunto de países em que se verifica uma expansão exponencial da língua inglesa. Kamhi-Stein faz uma revisão crítica dos resultados das pesquisas dedicadas à relação entre proficiência em língua inglesa dos professores, preparação profissional dos professores, e práticas de ensino. Centradas sobretudo na percepção que os professores têm da sua proficiência linguística, estas pesquisas sugerem que percepções negativas tendem a inibir a implementação de uma abordagem comunicativa do ensino do inglês, ou seja, restringir o uso do inglês em sala de aula. Diferentemente, a pesquisa conduzida por Kamhi-Stein em Buenos Aires investiga a relação entre proficiência dos professores e práticas de ensinamentos não a partir de auto-percepções mas de aferições. Deste modo, sugere que os fatores ligados ao emprego do inglês em sala de aula são, em primeiro lugar, a proficiência do professor e, em segundo, a crença na importância do uso da língua no processo de aquisição. Kamhi-Stein sustenta que se a proficiência é um *continuum*, i.e. um processo por definição inacabado, é preciso oferecer oportunidades para a qualificação contínua aos professores de inglês.

“Multimodal literacy for teenage students” de Viviane Heberle fecha este número dos *Cadernos de Letras* reunindo reflexões sobre o “letramento multimodal” e sugestões concretas para serem implementadas na sala de aula. O adjetivo multimodal, que enfatiza o uso de diferentes recursos semióticos na produção de sentido, possibilita a ampliação dos conceitos de letramento e competência comunicativa como aptidões que englobam elementos visuais, gestuais, auditivos e espaciais. A exploração da literacia visual e multimodalidade para promover atividades práticas na sala de aula aparece como estratégia para se alcançar o equilíbrio entre correção e comunicação no ensino de inglês como segunda língua ou língua estrangeira. Em geral, Heberle preconiza o uso de tecnologias audio-visuais para o desenvolvimento de uma metalinguagem, i.e. de um letramento visual num ambiente comunicativo de aprendizado. Exemplificando o uso de hyperlinks, videogames e propaganda em aulas para adolescentes, não apenas associa multimodalidade à competência comunicativa, mas também ao incentivo da capacidade de “ler” imagens à luz de códigos culturalmente específicos. Esta ampliação dos conceitos de texto e leitura à imagem e ao ensino de língua estrangeira sinaliza enfim o desejo comum a professores de língua e literatura de formar leitores no sentido forte da palavra.

À luz do debate acerca da reorganização da área de “Letras e Linguística”, a leitura dos artigos aqui publicados produz um efeito curioso. Por um lado, a enorme variedade de abordagens e objetos de estudo indica que, na prática, a diferenciação entre os estudos linguísticos e literários é um *fait accompli*. Por outro, a tendência interdisciplinar de ambas as áreas sugere que as distinções terminológicas convencionais usadas para a demarcação de fronteiras talvez seja limitada e, por isso, merece ser reconsiderada. Acreditamos que a explicitação de diferenças, particularmente daquelas dissimuladas por um vocabulário comum - leitura, texto ou discurso – para além de uma eventual reorganização institucional, promove o debate crítico *entre* as áreas, senão a investigação conjunta de novos objetos.

*Luciana Villas Bôas e Sílvia Becher*